

ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2019
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Mauro de Nadal
Nilso Berlanda

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Pede atenção para a apresentação de um projeto de lei de sua autoria, cujo teor passa a ler: "Ficam proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos de obras, serviços, compras, alienações e locações com Poder Público Estadual e com as Entidades da Administração Pública Estadual Indireta, pelo período de 5 anos, as sociedades empresárias e as sociedades simples, fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou

representação no território brasileiro condenados em processos criminais transitados em julgado por corrupção ativa, tráfico de influência, impedimento, perturbação e fraude de concorrência, formação de quadrilha e outros crimes tipificados como ilícitos de malversação de recursos públicos ou que não atendam aos princípios de probidade e retidão de conduta administrativa ou os definidos pelo artigo 5º da Lei n. 12.846 de 1º de agosto de 2013.

Engloba as condenações exaradas nos âmbitos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.

A empresa que for condenada e houver contrato administrativo em vigência, deverá cumprir efetivamente o tempo de contrato restante, ficando vedada a renovação do contrato após o cumprimento do serviço.

Assim, em função de haver controvérsia jurídica quanto ao alcance da sanção administrativa de suspensão temporária de participação de licitação com a Administração contida no art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993, bem como do impedimento de licitar previsto no art. 7º, da Lei n. 10.520/2002, porque o Tribunal de Contas da União - TCU entende que tais penalidades se restringem ao órgão licitante, enquanto que o Superior Tribunal de Justiça - STJ entende que se espraiam a toda Administração Pública, direta e indireta, da União, Estados, Distrito Federal e Municípios."

Explica que o projeto que está apresentando na presente data tende a cumprir uma lacuna jurídica que existia: o entendimento do TCU convergido do entendimento do STJ, acrescentando que o estado catarinense já foi e está sendo vitimado por empresas que usam deste artifício, do entendimento do TCU contrário ao entendimento STJ. Também ressalta que a função do parlamentar é procurar essas lacunas onde os malfeitores trabalham para causar dano ao erário público, e que trata-se de um projeto que não onera o estado.

(Continua lendo)

"Conclui-se que diante da controvérsia existente entre STJ e TCU, bem como dos entendimentos doutrinários divergentes, cabe ao Administrador optar pela segurança jurídica, que no presente caso está alicerçada na jurisprudência do STJ."

Ressalta que pretende fazer um forte trabalho contra a corrupção, contra os desmandos e o descaso com o erário público, protegendo as empresas catarinenses. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) - Informa que esteve, na última sexta-feira, na UNIFEB - Universidade de Brusque, participando de um debate com acadêmicos de Psicologia e discutindo em especial o novo plano nacional de política sobre drogas.

Faz dois destaques dentro do tema de combate às drogas: o primeiro é relacionado à manchete do jornal Diário Catarinense, da presente data, informando que houve um aumento de 52% em mortes por câncer de pulmão no estado. O segundo destaque trata de uma matéria científica da revista Veja, informando que existem três milhões de usuários de maconha no Brasil, sendo que 37% estão sujeitos à depressão e 50% a tendências suicidas. Conclui que não é possível ignorar o estudo científico publicado na citada revista, que alerta sobre os malefícios do uso da maconha.

Relata que esteve em Itajaí na última quarta-feira para prestigiar o Projeto Vento nas Escolas, criado pelo casal de Timbó, Bárbara Guerra e Bill Jonathan. Conta que o projeto surgiu a partir de uma tragédia, quando um traficante assassinou um estudante. Informa que esse projeto já existe há 10 anos, atingiu 400 escolas no Brasil e 300 mil alunos através do teatro e da música. Finaliza, exibindo no telão um vídeo sobre o projeto Vento Nas Escolas.

Deputado Valdir Cobalchini (Aparteante) - Elogia a pauta trazida, comentando que chamou a atenção a matéria do Diário Catarinense citada pelo deputado. Pede ao SUS mais agilidade no tempo

ocioso entre o diagnóstico e o tratamento de câncer no pulmão, argumentando que assim será possível salvar mais pessoas. [*Taquígrafa: Sara*]

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) - Comunica que na data anterior esteve em Brusque, cidade que considera entre as melhores para se viver no estado, pois é reconhecida pelo desenvolvimento econômico e humano, bem como no setor industrial e têxtil, com empresários que se destacam nacional e internacionalmente. Cita a votação expressiva a Jair Bolsonaro nas urnas, que o município proporcionou no primeiro e segundo turno das eleições do ano anterior.

Menciona a visitação ao Hospital Azambuja e salienta que o mesmo merece atenção maior por parte dos governos federal e estadual, assim como o Hospital Dom Joaquim. Anuncia reunião com o secretário da Saúde do estado para buscar recursos destinados às duas casas de saúde, a fim de atender as demandas de entidades que fazem um excelente atendimento à população local e as adjacentes. Enaltece o trabalho desenvolvido pelo secretário municipal da Saúde de Brusque, pelo seu empenho e dedicação. Compromete-se a buscar articulações junto à Alesc e ao governo do estado, sem olhar bandeira partidária, porque os brusquenses merecem e por serem povo trabalhador e ordeiro. [*Taquígrafa: Sílvia*]

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Lamenta que muitas vezes a Tribuna seja ocupada para falar sobre problemas, mas na presente data citará um exemplo de obra que está em ordem, a ampliação da Via Expressa. Informa que a obra começou em setembro de 2018, com prazo de conclusão para 365 dias, e elogia o baixo custo, a boa qualidade e por cumprir o prazo, afirmando que será muito efetiva na melhoria da mobilidade do trânsito.

Elogia o engenheiro e superintendente do DNIT, Ronaldo Carioni Barbosa, pela gestão da obra, e se mostra otimista quanto ao impacto positivo que causará no trânsito. Finaliza, desejando que a

obra da terceira faixa no sentido Sul-Norte seja finalizada com a mesma destreza.

Deputado Nilso Berlanda (Aparteante) - Elogia a obra e relembra que esse projeto é dos senadores Dário Berger e Jorginho Melo. Questiona que a terceira pista já está praticamente pronta, porém ainda não foi liberada.

Deputado Nazareno Martins (Aparteante) - Parabeniza o deputado por levantar esse tema, relata que melhorou muito o trânsito e enfatiza que, quando há força de vontade, a obra finaliza dentro do prazo. [Taquígrafa: Sílvia]

Partidos Políticos

Partido: MDB

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Orador) - Traz à tribuna assunto referente ao descaso com as rodovias estaduais e federais do estado, e que geram até muita frustração, principalmente para todos que transitam com frequência na região do extremo oeste catarinense. Cita várias rodovias federais, comentando que as mesmas datam da década de 70, o trabalho que se fazia na época era de qualidade, tanto que levou 30 anos para aparecer os primeiros danos.

Atualmente os asfaltos apresentam sérias dificuldades, sendo que o tráfego aumentou muito, e diz que à noite, para trafegar de Chapecó até São Miguel do Oeste, é raro o trecho em que se consegue usar luz alta. Destaca que por muitas vezes o Ministério do Transporte ensaiou projetos para recuperação das mesmas, e também da BR-163, que liga São Miguel do Oeste até Dionísio Cerqueira. Explica que muitos contratos não tiveram continuidade.

Menciona que a tristeza maior é em relação a BR-282, Chapecó a São Miguel do Oeste, e com a BR-158, de Maravilha até a divisa com o Rio Grande do Sul, pois todas as etapas dos processos licitatórios para recuperação das duas tinham

processo judicial. Felizmente, em 2018 o ex-presidente Michel Temer autorizou o início da obra e destinou R\$ 19 milhões de recursos. Porém, semana passada o governo, através de medidas administrativas, resolveu fazer contingenciamento de recursos, sendo que a BR-282 foi atingida e vai ficar novamente com a obra parada. Informa que protocolará moção apelando ao Presidente da República e ao ministro dos Transportes, ao Fórum Parlamentar Catarinense e ao presidente do DNIT para que não deixem a obra paralisar. Registra que o fato vai representar um retrocesso no desenvolvimento e segurança de quem se utiliza das rodovias na região do extremo oeste do estado. Apresenta um vídeo para ilustrar sua fala, mostrando trechos das rodovias.

Conclui, apelando aos colegas deputados para que se solidarizem com a questão e participem da luta em prol destas rodovias.

Deputada Luciane Carminatti (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela iniciativa e também pela denuncia, ao mesmo tempo, do contingenciamento de uma obra tão aguardada.

Deputado Milton Hobs (Aparteante) - Cumprimenta o deputado pelo tema, afirmando que a questão diz respeito a todo estado catarinense.

Deputada Marlene Fengler (Aparteante) - Solidariza-se com o deputado, comunicando que já entrou em contato com a Bancada Federal, na tentativa de reunião com o Fórum Parlamentar Catarinense, para que se possa levar o assunto ao presidente Bolsonaro. Acrescenta ser inconcebível a obra parar num momento de extrema necessidade.

Deputada Paulinha (Aparteante) - Enaltece o trabalho do deputado por trazer à pauta essa questão, e coloca-se à disposição. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PR

DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK (orador) - Comenta ter participado da reunião na Fiesc em Chapecó, e que realizou relatório através de uma empresa de engenharia sobre a situação crítica das rodovias no oeste catarinense, tendo como objetivo apresentar os resultados ao governo estadual. Na reunião, foi informado pelo deputado federal Celso Maldaner que as obras da BR-282 seriam paralisadas por falta de verba. Comunica que levou a questão ao governador Moisés, citando que, apesar de se tratar de uma obra federal, o estado tem responsabilidade sobre a mesma. De imediato, o governador chamou o secretário da Casa Civil para fazer contato com o governo federal e tentar resolver a situação.

Afirma que o governo federal está disponibilizando R\$ 2 bilhões para obras em rodovias, e considera impossível que não sejam incluídas a BR-470, BR-282 e BR-163. Registra que protocolará moções pedindo cobrança a respeito das obras inacabadas. Destaca que o governador Moisés já está intervindo e solicitando apoio à Bancada Parlamentar Federal em Brasília. Além disso, também enviou uma publicação aos deputados federais e senadores referente às rodovias catarinenses.

Ressalta a repercussão e destaque que Santa Catarina teve no Programa Fantástico, da Rede Globo, em data anterior, sobre a estruturação da Defesa Civil no estado. A reportagem enaltece a excelência do trabalho da mesma, que conta com o apoio de dados de segurança, grupos especializados, radares meteorológicos, barragens de contenção, mas que a principal aposta da instituição está na formação de lideranças comunitárias. Menciona que em 2008 foram registradas 230 ocorrências graves, e com as melhorias o número caiu para menos de 20 em 2019.

Conclui, dizendo que é motivo de orgulho para Santa Catarina mostrar que está à frente em relação às preocupações com as questões climáticas, e que o governo colocou a Defesa Civil no processo de reforma administrativa, sendo subordinada diretamente ao seu gabinete.

Deputado Valdir Cobalchini (Aparteante) - Cumprimenta o deputado pelo tema que trouxe à tribuna, e diz que a crise, a situação precária das rodovias no estado se alastra há 20 anos. Muitas vezes nem a manutenção é realizada, o que lamenta muito. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (Orador) - Agradece a todos os parlamentares pelo apoio e pela demonstração de visão e sensibilidade que deram na última votação, derrubando o veto do governador e aprovando o projeto desta Casa que destina recursos para os hospitais filantrópicos, num ato de reconhecimento da importância desse sistema para a saúde dos catarinenses. Comenta que recebeu, através da Frente Parlamentar e da Comissão de Saúde, inúmeras manifestações de hospitais com uma grande expectativa. Demonstra certeza que o governador Carlos Moisés e o secretário da Saúde, dr. Helton, compreendem que o projeto vai ao encontro do interesse do planejamento do governo do estado, levando em consideração a meritocracia dentro do sistema filantrópico e desejando que o mesmo esteja financeiramente equilibrado para bem atender os catarinenses.

Parabeniza e faz um reconhecimento ao sistema, repercutindo que a Osesc divulgou balanço com os números do cooperativismo catarinense. Explica que é um sistema que dá certo porque é um movimento moderno baseado em princípios e valores, que se fortalece com a união de pessoas, beneficiando seus sócios social e economicamente, adotando uma gestão democrática, pois cada sócio tem direito a um voto, não importando o seu tamanho. Ressalta que o cooperativismo é uma alavanca para o desenvolvimento local e regional.

Neste sentido, em nome da Frencoop, repercute os números apresentados no balanço da Osesc, demonstrando que o cooperativismo tem grande importância no desenvolvimento econômico, mas acima de tudo na divisão da riqueza do estado. Relata que são 258 cooperativas filiadas ao

sistema Ocesc, com um número crescente de novos sócios a cada ano, fazendo de Santa Catarina o estado mais cooperativista do Brasil. Destaca que as cooperativas geram 65 mil empregos diretos no estado, e um dos seus principais ramos, dos 14 existentes, é o agropecuário. Também cita outros ramos das cooperativas, como saúde, energia, consumo, habitação, transporte, entre outros. Acrescenta que o sistema está regulado, no Brasil, pela OCB, e traz grandes dividendos para a sociedade, pois é a forma do pequeno se tornar grande e competir até no mercado internacional.

Registra o aniversário da Cooperativa Aurora, que completou 50 anos de fundação, com mais de 100 mil famílias associadas em 300 municípios no país, um motivo de orgulho para Santa Catarina e exemplo para o Brasil e para o mundo de cooperação e intercooperação, pois tem um modelo de gestão e de produção que valoriza os pequenos, gerando oportunidades e colaborando para que o estado tenha uma das economias mais diversificadas do país. Em nome da Frencoop, faz uma homenagem especial à Cooperativa Aurora, aos seus fundadores e aos seus associados. *[Taquígrafa: Sara]*

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) - Inicia o discurso parabenizando Rio do Sul por ter completado 88 anos em data anterior. Relata que nos últimos 10 anos a cidade permaneceu no pleno emprego, servindo de referência para o estado, mesmo sem infraestrutura nas rodovias que dão acesso à cidade e sem aeroporto.

Conta que as principais empresas de Rio do Sul nasceram de "fundo de quintal" e atualmente são referência, gerando milhares de empregos. Cita como exemplo a Pamplona, a Metalúrgica Riosulense, a Fran, a H. Bremer, além de outros casos de sucesso.

Relata outros pontos positivos da cidade, como os hospitais funcionando plenamente, modelos de gestão que permanecem em vários mandatos diferentes; o título de uma das melhores cidades do país para se viver acima dos 60 anos de idade;

reconhecimento por alguns anos como a melhor cidade do Brasil em tratamento de saúde bucal a crianças de 0 a 12 anos; referência em cuidar do trabalhador dentro das fábricas, tornando-se uma cidade que cuida das pessoas. Apoiando-se na importância de Rio do Sul, levanta a situação ruim da BR-470, e argumenta que o governador deve levar esse problema ao Presidente da República.

Comenta sobre a Defesa Civil de Santa Catarina, que fez um trabalho planejado de estruturação e mapeamento das áreas de risco de 100% dos municípios, gerenciado por um *software* que envia alertas a todos os moradores da região em risco climático adverso. Informa que é um projeto feito exclusivamente em Santa Catarina. Questiona o motivo do governo em pretender a retirada do *status* de secretaria da Defesa Civil, deixando-a vinculada ao gabinete do governador. Argumenta que essa ação não corta nenhum cargo, conseqüentemente não traz nenhuma economia.

Conclui, comentando a questão dos incentivos fiscais em Santa Catarina, dos decretos realizados sem os devidos debates, e a instabilidade na economia catarinense que está prejudicando o índice de arrecadação tributária. Elogia a postura do secretário Paulo Eli, que passou a conversar com setores produtivos catarinenses, dando os encaminhamentos necessários.

Deputada Ada De Luca (Aparteante) - Concorde com o deputado sobre o *status* de Secretaria da Defesa Civil e acrescenta também o caso da Secretaria da Justiça. [Taquígrafa: Sara]

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Reporta-se ao evento ocorrido na capital, na data anterior, que tratou da sistematização do currículo base da educação infantil e do ensino fundamental no território catarinense. Comunica que o tema está previsto na Constituição Federal e na legislação de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sendo que nos governos de Lula e Dilma tiveram início os debates com os educadores,

escutando a sociedade brasileira sobre as contribuições à base comum curricular. Saliencia que mais de 100 pesquisadores, educadores de escolas públicas e privadas participaram com propostas de como deveria ser um currículo básico, a partir do respeito à regionalidade de cada estado e suas peculiaridades. Afirma que houve um empenho, no Congresso Nacional, para a construção de um projeto, como foi a Base Nacional Comum Curricular. Porém, menciona que no governo passado ocorreu uma ruptura, e até mesmo o Conselho Nacional de Educação desistiu do processo devido ao rompimento com tudo o que foi construído. Entretanto, os educadores continuaram a discutir, mesmo com a retirada da Área de Humanas.

Comenta que o momento é de dar prioridade à Educação com o intuito de ensinar, de educar. Afirma que todo ser humano que passa pela escola não aprende apenas conteúdo, mas, com certeza, comportamento, atitudes, sentimentos e valores. E a escola tem a tarefa de sistematizar os dados historicamente acumulados pela humanidade através do conhecimento científico. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

A Presidência consulta os srs. líderes da possibilidade de retirar de pauta as três mensagens de veto e adiar para a próxima sessão.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0013/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, que inclui no calendário oficial de eventos do estado de Santa Catarina o Festival de Carnes de Qualidade da Serra Catarinense, realizado no município de Palmeira.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0152/2018, de autoria do deputado João Amin, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais utilizarem canudos fabricados com produtos biodegradáveis ou similares no estado. Regime de PRIORIDADE - RQS/0941.4/2018, APROVADO em 05/12/2018.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Marcius Machado, Bruno Souza, Jessé Lopes, Maurício Eskudlark, Jair Miotto, Ada De Luca, Kennedy Nunes, Fernando Krelling e João Amin.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	abstenção
DEPUTADO BRUNO SOUZA	não
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	sim
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	

DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	não
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADA MARLENE FENGLER	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADA PAULINHA	
DEPUTADO RICARDO ALBA	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SERGIO MOTTA	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 25 votos "sim", dois votos "não" e uma abstenção.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0162/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário da Secretaria Executiva da Casa Militar informações acerca da disponibilização das aeronaves e helicópteros do governo do estado para transporte de órgãos anteriormente ao ano de 2019.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0163/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário da Infraestrutura informações acerca da existência de projeto para que seja implementada ciclovia ou ciclofaixa e acostamento na rodovia SC-406, do Costão Golf até o trevo da Barra da Lagoa.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0164/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário da Infraestrutura informações acerca da paralisação da obra de duplicação da Rodovia Antonio Heil.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0165/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário de estado da Casa Civil, informações acerca da destinação de 40 milhões de reais por parte do governo do estado de Santa Catarina ao município de Florianópolis, no ano de 2018, para fins de revitalização da área central.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0166/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário de estado da Casa Civil, informações acerca do reajuste pelo INPC dos servidores que se

aposentaram sem paridade salarial que não ocorreu nos meses de janeiro de 2018 e de 2019.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0167/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário da Educação informações acerca da possibilidade de ser disponibilizado no ano letivo vindouro ensino médio regular na unidade educacional Ivo Silveira, no município de Palhoça,

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0168/2019, de autoria do deputado Altair Silva, solicitando ao secretário de estado da Agricultura e Pesca, informações acerca da quantidade de médicos veterinários que o estado de Santa Catarina dispõe para a inspeção sanitária, bem como o que está sendo feito para solucionar a falta deste profissional no estado e especificamente no município de Seara.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0169/2019, de autoria da deputada Ada De Luca, solicitando ao secretário de estado da Casa Civil, informações acerca do papel do Procon na reforma administrativa.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0156/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, apelando ao secretário da Segurança Pública que empreenda esforços para a instalação de mais escolas militares na Serra catarinense, sugerindo-se, para tanto, os municípios de Correia Pinto e de Otacílio Costa.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Marcius Machado, Luciane Carminatti, Coronel Mocellin e Ana Campagnolo.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0163/2019, de autoria do deputado Nilso Berlanda, parabenizando o presidente da Cooperativa Central Aurora de Alimentos pela passagem dos 50 anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0164/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster, apelando ao ministro da Saúde para que seja incorporado, no SUS, o medicamento Nusinersena.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0165/2019, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, apelando aos ministros dos Transportes, Portos e Aviação, da Infraestrutura e ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, para que se dê continuidade às obras de revitalização e ampliação da BR-282, no trecho compreendido entre os municípios de Chapecó e São Miguel do Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0166/2019, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, apelando ao superintendente Regional do DNIT no estado para que se dê continuidade às obras de revitalização e ampliação da rodovia BR-282, trecho entre os municípios de Chapecó e São Miguel do Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0167/2019, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, apelando ao diretor-geral do DNIT, para que se dê continuidade às obras de revitalização e ampliação da BR-282, no trecho compreendido entre os municípios de Chapecó e São Miguel do Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0168/2019, de autoria do deputado Sargento Lima, cumprimentando os soldados da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, pelo salvamento de uma jovem, no município de São José.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0169/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, apelando à deputada federal Carmem Zanotto para que seja aprovado o Projeto de Lei n. 2245/07, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Tecnólogo.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0170/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, apelando ao governador do estado pela instituição do programa "CPF na Nota".

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Marcius Machado e Milton Hobus.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0171/2019, de autoria do deputado Nilso Berlanda, cumprimentando o secretário de estado da Defesa Civil, pela estrutura criada visando ao monitoramento, alertas, prevenção e resposta a desastres naturais, sendo apontada pelo Banco Mundial como referência na área.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0172/2019, de autoria do deputado Fabiano da Luz, apelando ao presidente da República e demais autoridades, para que adotem medidas que viabilizem a retirada dos tributos incidentes sobre medicamentos para uso humano.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0173/2019, de autoria do deputado Jair Miotto, cumprimentando os missionários Narcizo Parisotto e Noely Parisotto, pelos 39 anos de fundação da Igreja do Evangelho Quadrangular,

localizada no Bairro Passo dos Fortes, no município de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0330/2019 e 0331/2019, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0332/2019, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0333/2019, 0346/2019, 0347/2019 e 0348/2019, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0334/2019, de autoria do deputado João Amin; 0335/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling; 0336/2019 e 0345/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster; 0337/2019, 0338/2019, 0339/2019 e 0340/2019, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0341/2019, de autoria do deputado Rodrigo Minotto; 0342/2019, de autoria do deputado Volnei Weber; 0343/2019 e 0344/2019, de autoria da comissão de Constituição e Justiça.

A Presidência comunica ainda que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0494/2019 e 0510/2019, de autoria do deputado Altair Silva; 0495/2019, de autoria do deputado Romildo Titon; 0496/2019, de autoria do deputado Ivan Naatz; 0497/2019, 0498/2019, 0499/2019, 0500/2019, 0501/2019 e 0502/2019, de autoria do deputado João Amin; 0503/2019, de autoria da Bancada do Oeste; 0504/2019 e 0509/2019, de autoria do deputado Jessé Lopes; 0505/2019, de autoria do deputado Rodrigo Minotto; 0506/2019, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0507/2019, de autoria do deputado Milton Hobus; 0508/2019, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0511/2019, de autoria do deputado Sargento Lima; 0512/2019, 0513/2019, 0514/2019, 0515/2019 e 0516/2019, de autoria do deputado Fabiano da Luz; e 0517/2019, de autoria do deputado Marcius Machado.

Finda a pauta da Ordem do Dia

A Presidência suspende a sessão, por até dez minutos, para que possam usar a tribuna o sr. Giovani Nunes, prefeito municipal de São Joaquim, a rainha Amanda Keiko Yamaguchi, e as princesas Elisângela Velho e Natália Maciel Andrade para divulgar a XXI Festa Nacional da Maçã.
[Taquígrafa: Sílvia]

Explicação Pessoal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Explicação Pessoal.

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Apresenta o Projeto de Lei n. 074/2019, de sua autoria, que proíbe o vilipêndio de dogmas e crenças relativas à religião cristã em forma de sátira, ridicularização e menosprezo. O mesmo visa coibir investimentos de recursos públicos em solenidades que pratiquem qualquer tipo de intolerância religiosa, citando como exemplos desfiles carnavalescos, espetáculos, passeatas, marchas, manifestações, partidos ou fundações. Apresenta vídeo que demonstra episódios desta natureza no estado catarinense e em outros estados do Brasil. Registra, lendo várias frases grotescas, inclusive ritual anticristão que foi praticado dentro da Universidade Federal Fluminense no Rio de Janeiro, também exposições em museus de todo o país com cenas pornográficas. Pede desculpas a todos os presentes pelo teor das imagens, explicando que esta é a única forma de tratar sobre o tema. Ressalta que o projeto de lei, além de proibir estas práticas, também aplica multa em caso de descumprimento no valor de R\$ 5 mil a R\$ 500 mil.

Finaliza, acrescentando que o projeto proíbe destinar recursos a eventos com teor anticristão e disfarçadamente cultural e incutir no mesmo conteúdo que ofenda a fé cristã. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra,

encerra a sessão, convocando outra, ordinária,
para o dia subsequente, à hora regimental.
[Revisão: Taquígrafa Sara]